

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DO BRASIL NA NOVA REPÚBLICA: POSSIBILIDADES QUANTO À MOBILIDADE IDEOLÓGICA

Alexandre Luís Ponce Martins

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, bolsista CAPES. Membro do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização (NEMO/PGE/DGE UEM)
poncemartins@hotmail.com

Henrique Manoel da Silva

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (PGE/NEMO)
h-manoel@uol.com.br

RESUMO: Este artigo expõe resultados preliminares de uma tese de doutoramento, os dados já foram expostos a uma banca de qualificação, desta forma o material em questão objetiva realizar uma análise geral quanto à construção de um conceito, a mobilidade ideológica. Este último procura integrar a questão da mobilidade na conjuntura das preferências políticas e ideológicas da população brasileira, bem como seus ciclos de alternância de ideologia política frente a escolha eleitoral e assim estabelecer as suas possibilidades como ferramenta de análise a partir da ciência geográfica. Neste sentido, a geografia, por ser o ramo científico que aborda a inter-relação das ações antrópicas com o meio físico-natural, a priori, não teria condições plenas de utilizar a ideologia, visto que o termo é colocado, por autores diversos, como preponderante apenas no plano das ideias, e não, portanto, no contexto da realidade espacial. Contudo, buscar-se-á nesta leitura identificar influências ideológicas que se concretizam no espaço geográfico a partir dos resultados das eleições presidenciais sucedidas no período da Nova República, isto é, os pleitos ocorridos entre 1989 e 2018, a geografia se encontra inserida nas políticas públicas de cada identidade ideológica eleita e seus resultados são concretizados no espaço, exemplifica-se tal questão a partir da redução de desigualdade que pode ser refletida na paisagem. Como metodologia de análise, adotou-se a perspectiva crítica dialética e utilizou-se como investigação leituras teóricas que abordam o conceito de mobilidade e ideologia. Para catalogação de dados, buscou-se informações secundárias a partir de informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de modo que foram integrados em forma de tabulação e mapeamento.

Palavras-Chave: Geografia; Ideologia; Eleições; Política;

BRAZIL'S PRESIDENTIAL ELECTIONS IN THE NEW REPUBLIC: POSSIBILITIES FOR IDEOLOGICAL MOBILITY

ABSTRACT: This article exposes preliminary results of a doctoral thesis, the data have already been exposed to a qualification panel, thus the material in question aims to carry out a general analysis regarding the construction of a concept, ideological mobility. The latter seeks to integrate the question of mobility in the context of the political and ideological preferences of the Brazilian population, as well as their cycles of alternating political ideology in the face of electoral choice and thus establishing its possibilities as an analysis tool based on geographic science. In this sense, geography, being the scientific branch that addresses the interrelationship of anthropic actions with the physical-natural environment, a priori, would not be able to fully use ideology, since the term is placed, by different authors, as predominant only in terms of ideas, and not, therefore, in the context of spatial reality. However, this reading will seek to identify ideological influences that materialize in the geographic space from the results of the presidential elections that took place in the New Republic period, that is, the elections that took place between 1989 and 2018, geography is inserted in the policies of each elected ideological identity and its results are realized in space, this issue is exemplified from the reduction of inequality that can be reflected in the landscape. As a methodology of analysis, a critical dialectical perspective was adopted and theoretical readings that approach the concept of mobility and ideology were used as an investigation. For data cataloging, secondary information was sought from information from the Superior Tribunal Eleitoral (TSE, Superior Electoral Court), so that they were integrated in the form of tabulation and mapping.

Keywords: Geography; Ideology; Elections; Politics.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva viabilizar uma discussão quanto à uma possibilidade de ferramenta de análise para a geografia. Os resultados até então obtidos nesta pesquisa, ainda em andamento, indicam a ocorrência da mobilidade ideológica. O conceito traz consequências significativas na construção do espaço geográfico, salienta-se que autores de outras áreas científicas já discutiram ideologia a partir de suas consequências materiais, todavia o termo é

ainda pouco utilizado teoricamente no âmbito da ciência geográfica. Espera-se chegar a tal contribuição conceitual com os objetivos específicos, ou seja, a partir da correlação de leituras teóricas que abranjam mobilidade e ideologia, da identificação da mobilidade ideológica a partir das eleições presidenciais desde a nova república e a tabulação de tais resultados.

A mobilidade é um conceito significativo no entendimento das alterações das concepções comportamentais de natureza política, deseja-se expor uma noção de mobilidade que vai além dos movimentos concretos da população, e, assim, colocar em relevo a mudança de posicionamento ideológico da população no decorrer da História. A ideologia apresenta diferentes entendimentos, tanto a partir do que é exposto no cotidiano, quanto na esfera científica. Desta forma, esta pesquisa procura expor a possibilidade de mobilidade nas ideologias, modificadas em escala social de modo cíclico, intercaladas em posições progressistas ou conservadoras.

Apesar da mobilidade social ser uma das possibilidades no sistema capitalista, existem barreiras estruturais definidas pela necessidade da propriedade privada, pelo direito à herança e a também pelas desigualdades de oportunidades. Todos estes fatores estabelecem, em maioria, a produção e reprodução do capital para indivíduos de mesma classe social no passar das gerações. A ideia de ascensão social serve como meio de controle das lutas de classe, uma vez que muitos trabalhadores ficam na perspectiva de chegar ao topo da pirâmide enquanto as disparidades econômicas se ampliam, principalmente quando comparadas aos sistemas pré-capitalistas. A ideologia, pautada na possibilidade de ascensão social, se configura em um meio para evitar a promoção de ideias que questionem o sistema.

Como metodologia de investigação, adotou-se a coleta de informações baseadas em dados secundários referentes às eleições presidenciais, os números foram retirados do sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, o TSE; tais números permitem elaboração das tabelas gerais na qual sistematizamos os resultados eleitorais e as tendências dessa mobilidade ideológica nesses pleitos. Quanto às abordagens teóricas, um resgate bibliográfico a partir de autores que abordam os conceitos de mobilidade e ideologia foi realizado. Para a perspectiva analítica, tanto para a discussão dos resultados coletados quanto para as relações bibliográficas, utilizou-se neste trabalho o ponto de vista crítico dialético.

Salienta-se que o artigo foi estruturado em duas partes, primeiramente abordou-se teoricamente a questão da mobilidade e da ideologia a partir da ideia de classes e estratos sociais. Em um segundo momento identificou-se a partir de análise das eleições presidenciais do Brasil na Nova República possibilidades referentes à mobilidade ideológica a partir de 1989 até 2018.

2 – CLASSES SOCIAIS E ALGUMAS NOÇÕES DE MOBILIDADE E IDEOLOGIA

Tratando-se de estudos de mobilidade, pode-se salientar que, o conceito é tema de estudo de diversas disciplinas científicas, entre as quais, cita-se a sociologia, geografia, psicologia, demografia e economia. Uma carga transdisciplinar se ementa a partir de tantos olhares distintos, deste modo existem noções de mobilidade sem deslocamento físico, mobilidades que se apresentam a partir das classes sociais.

A mobilidade social se refere à mudança estrutural dentro das classes, é um movimento vertical não materializado espacialmente em estado puro, contudo apresenta reflexos consequentes na territorialização e construção do espaço. Este tipo de mobilidade é abordada comumente a partir das ciências sociais. (ROCHA, 1998).

Sob outro ponto de vista, a partir do método dialético, o âmbito historicista é valorizado como um dos meios de explicação dos fenômenos sociais. Pensadores marxistas passam a enxergar a estratificação de maneira crítica, assim como a ascensão social, sendo esta resultado de fatores majoritariamente ambientais. Assim, a princípio é pertinente relevar que a estratificação social é muito mais complexa do que uma mera classificação perante o padrão de vida de seus membros, cada classe social é internamente diversificada e apresenta visões distintas da, e da sua, realidade. O ambiente de vivência e as relações históricas de construção de cada lugar são preponderantes na avaliação da mobilidade social. (ROCHA, 1998).

Ainda que alguns autores identifiquem uma terceira classe social nas obras de Marx – classe camponesa separada do proletariado – os estudos que se identificam com o marxismo apresentam no geral duas grandes classes antagônicas, pautadas na divisão do trabalho, a burguesa e a proletária. Outras subdivisões são omitidas em busca da união geral dos trabalhadores e da revolução socialista. Contudo, ressalta-se que a sociedade contemporânea não

pode omitir as diferenças dentro de cada classe, e os estratos sociais passam a fazer sentido analítico. Em suma, as divisões por classe ainda norteiam o sistema econômico, uma vez que continuam existindo os donos dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho. (BRESSER-PEREIRA, 2002).

A estratificação social é uma classificação existente em toda sociedade organizada, uma vez que o estabelecimento de uma ordem legislativa, por mais primitiva que seja, cria uma hierarquia vertical. As classes sociais só passam a existir a partir do modo de produção capitalista, o qual desenvolve um tipo de estratificação com base na produção e na mais valia, já que o dono dos meios de produção exerce o que faz com o objetivo da acumulação e o trabalhador pelo salário, esta relação é responsável pelo surgimento de duas classes específicas. (BRESSER-PEREIRA, 2002).

De um modo geral, pode-se entender que as classes sociais são uma forma de estratificação para análise da sociedade, contudo nem toda estratificação existente na história humana se configura em classes. Na sociedade feudal, estratificada em estamentos, o clero, a nobreza e os servos tinham objetivos que não envolviam produção para mais valia ou salário, portanto não se definem como classes sociais. (BRESSER-PEREIRA, 2002).

Tendo tal definição como base é possível estratificar dentro da lógica capitalista classes menores dentro daqueles duas mais gerais. Assim, Bresser-Pereira (2002) reconhece a presença da classe média como parte de uma burguesia com menos recursos ou de um proletariado com mais recursos. Neste aspecto, desde os anos de 1940, Warner (1941) já reconhecia a existência de uma classe média e ainda subdivisões dentro desta, como uma classe média alta e outra baixa, o mesmo ocorreria dentro de uma classe alta e de uma classe baixa. Desta maneira, Bresser-Pereira (2002, p. 12) coloca que:

A rigor, é mais correto falar de estratos altos, médios e baixos, do que de classes altas, médias e baixas. Os primeiros constituem um critério de classificação social diferente do de classe e são válidos e úteis como ferramenta de análise sociológica. Poderíamos definir estrato como uma fatia da sociedade cortada horizontalmente de acordo com uma série de critérios que nos permitem estabelecer uma ordem hierárquica.

Por classes o autor entende ainda a dualidade burguesia e proletariado, uma relação hierárquica vertical no âmbito do sistema capitalista, já a estratificação se daria em um âmbito horizontal, configurando-se em diferenciações dentro daquelas duas classes, criando uma hierarquização socioeconômica e não de produção.

Justifica-se, portanto, como semente para se consolidar a elaboração da mobilidade ideológica, que assim como a mobilidade social, se configura teoricamente como discussão, estando condicionada no campo das ideias. Contudo, na práxis se materializa também no espaço, já que a mobilidade ideológica, principalmente no âmbito político, transforma o meio de vivência, ora em sentido progressista com o objetivo de se atingir maior justiça social, ora em sentido conservador, com o objetivo de manter a ordem capitalista pautada na desigualdade. Neste contexto, para se determinar o que de fato é progressismo ou conservadorismo, torna-se necessário se aprofundar em tais ideologias, bem como na definição deste conceito e sua evolução teórica.

Autores diversos estudaram ideologia e a deram olhares diferentes ao termo, segundo Lowy (2015) e Boudon (1989) o conceito apresenta significados não concomitantes a partir de, também, distintas análises vindas de pesquisadores de diversas áreas acadêmicas. Tal fato pode ser explicado por meio de contextos históricos pretéritos, distintas visões de mundo ou até mesmo uma certa imaturidade acadêmica de alguns autores, que melhoraram sua perspectiva analítica em anos posteriores. Explicitar-se-á a ideologia a partir da visão de Chauí (2004) que entende o termo como uma espécie de ideia dominante, as classes hegemônicas distorcem a realidade social do explorado para manter a ordem vigente.

Entende-se portanto, que a ideologia está em constante transformação, já que a hegemonia também está, e tais alterações, ainda que dentro do mesmo sistema econômico, se dão a partir de ideias ora mais conservadoras, ora mais progressistas. Deste modo, pode-se entender a ideologia também como mobilidade, uma vez que as ideias legitimadas pelos eleitos, majoritariamente vindos de classes hegemônicas, e suas políticas públicas não são imutáveis no contexto social no decorrer do tempo histórico.

3 – A MOBILIDADE IDEOLÓGICA A PARTIR DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA (1989-2018)

Do ponto de vista político, a mobilidade ideológica da população pode ser concretizada por meio dos resultados das eleições presidenciais. O esgotamento de determinado posicionamento, seja conservador ou progressista, pode resultar em uma ascensão ideológica oposta. Em períodos de extrema crise, onde ocorre a possibilidade de ambos os lados, com direções políticas voltadas mais ao centro, se esgotam, as extremidades à esquerda e à direita podem vir a se beneficiar.

O contexto do Brasil no âmbito político tem novo significado após a redemocratização iniciada via eleições em 1989. De 1964 até então a escolha do presidente ocorria em via indireta, ou seja, o parlamento escolhia o chefe de Estado no país. A polarização entre políticas com vieses progressistas e conservadores sempre estiveram presentes em tal contexto, ainda que o resultado tenha sido determinado em primeiro turno duas vezes, o segundo colocado exercia o papel da díade conservadora de progressista. (FAUSTO, 1995)

Desta forma, pretende-se neste último recorte do relatório de qualificação apresentar os números que indicam aquela polarização política, bem como a ascensão e queda de cada dualidade política disposta. Para tal objetivo, realizou-se uma pesquisa com dados secundários disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o qual dispõe de dados, públicos e digitalizados, referentes a todas as eleições já realizadas no Brasil. Os dados se referem aos candidatos que chegaram ao segundo turno a partir do ano de 1989 até 2018, em 1994 e 1998 não houve segundo turno, de modo que foram colocados os dados de todos os candidatos do primeiro turno.

A partir destes dados, elaborou-se um mapeamento referente à posição de cada unidade da federação em relação aos candidatos polarizados, informação importante uma vez que reflete a extensão da popularidade do candidato e sua ideologia política. Ressalta-se que a partir destes dados pode-se definir estados com maior ou menor grau de mobilidade e, ainda, estabelecer-se as regiões de maior influência dos partidos mais progressistas ou conservadores.

O contexto das eleições de 1989 tinham três candidatos polarizados nas últimas semanas anteriores ao primeiro turno, Fernando Collor de Mello, chamado popularmente de Collor, do

Partido da Reconstrução Nacional (PRN) liderava com aproximadamente um terço dos votos válidos, enquanto Luís Inácio Lula da Silva, popularmente conhecido somente como Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Leonel Brizola, conhecido como Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT) buscavam a outra vaga no segundo turno e a hegemonia no contexto da política progressista, ambos tiveram papel significativo na luta pela redemocratização e crítica contra a Ditadura Civil-Militar. (JACOB et. al., 2000).

Neste contexto, por uma diferença inferior a 1% Lula ganha o direito de disputar o segundo turno com Collor, ainda que tenha obtido a aproximadamente a metade dos votos deste, Lula tinha como fator positivo a proximidade ideológica com Brizola que em teoria, transferiria a maior parte de seus votos ao candidato do PT. O resultado vai confirmar tal ponto de vista, já que os candidatos ficaram próximos no resultado final, de modo que Lula apresenta um crescimento significativo, ganhando quase 30% de votos em relação ao turno anterior, contudo não é suficiente para ultrapassar Collor, conforme pode-se observar no quadro 1, a seguir:

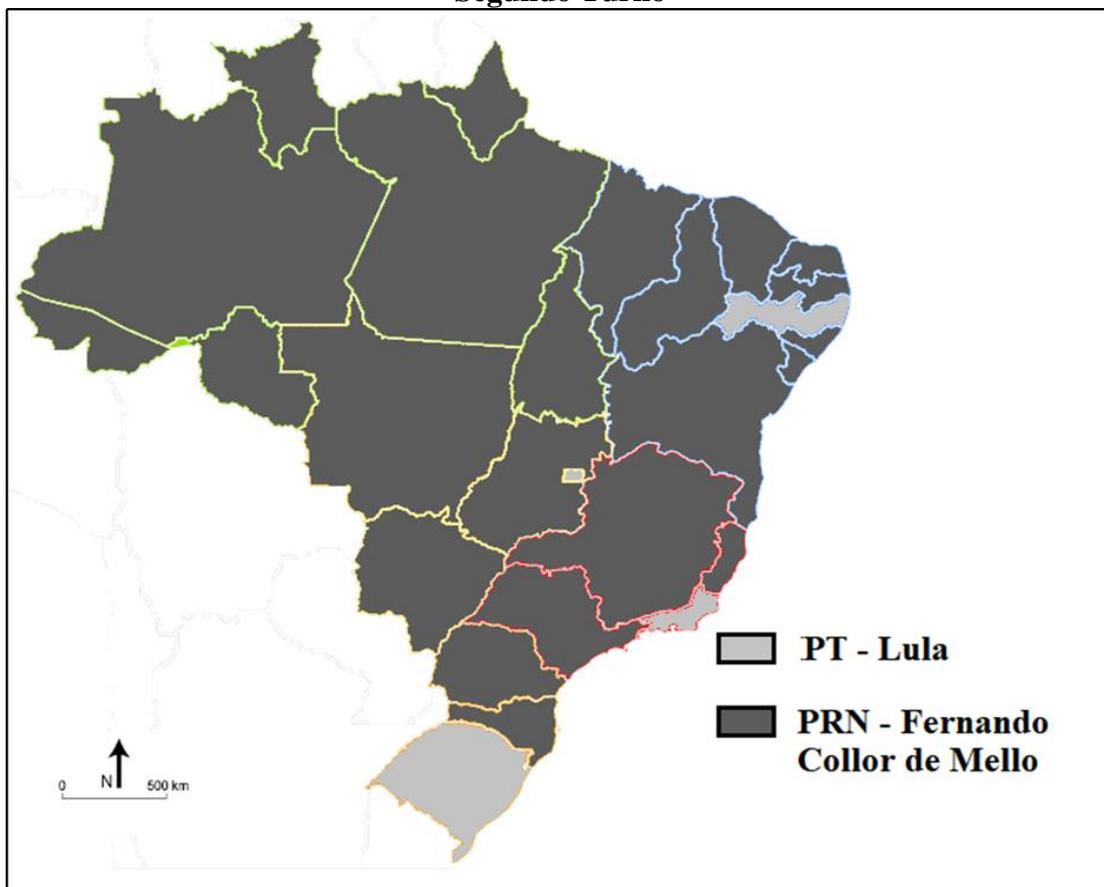
Quadro 1 – Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1989

Candidato – Partido	Partido	Votos	Proporção
Fernando Collor de Mello	PRN	35.089.998	53,03%
Luís Inácio Lula da Silva	PT	31.076.364	46,97%
Total válidos		66.166.362	100%

Fonte: TSE. Organizado pelo autor.

Eleito com uma vantagem pouco superior a 6% dos votos válidos, Collor assumiria um país proporcionalmente dividido. As diferenças presentes entre os candidatos nos estados, figura 1, de forma aparente representa uma vitória maior, contudo a votação também se manteve muito próxima, a exemplo do âmbito nacional.

Figura 1: Mapa das eleições presidenciais do Brasil de 1989 por unidades federativas – Segundo Turno



Fonte: TSE.
Base cartográfica: IBGE.
Elaboração: autor.

Lula vence em quatro unidades federativas, em Pernambuco, seu estado natal, no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, ambas unidades federativas correspondem a um ambiente político de força de Brizola, comprovando a transferência de votos deste, e no Distrito Federal.

Desta forma Fernando Collor assume a presidência da República, as medidas de seu governo são associadas a práticas neoliberais, as quais iniciam uma maior abertura do Brasil ao mercado internacional, bem como a gênese da política de privatizações que vai chegar ao seu auge no governo posterior. Bresser-Pereira (2016) denomina o período como Liberal-dependente, uma forma de neoliberalismo já estabelecido nos Estados Unidos e na Europa, mas que chegou tarde ao Brasil, Collor assume o país com forte crise econômica refletida a partir de uma

hiperinflação e lançou um programa econômico denominado Plano Collor, este procurava combater a inflação com rigorosos ajustes fiscais e monetários como o confisco das poupanças do setor privado, aumento das taxas de juros e congelamento de preços. Tais tentativas fracassaram prejudicando o setor produtivo, mantiveram a inflação e culminaram na queda da popularidade do então presidente, que foi deposto após um escândalo de corrupção.

As medidas adotadas pelo governo Collor se configuram em ajustes com objetivos de correção do plano econômico, desta forma, ainda que tenha fracassado em seu objetivo, tais medidas se configuram nos pressupostos ideológicos do conservadorismo, uma vez que a equipe de gestão daquele presidente buscava manter a ordem.

Segundo Bresser-Pereira (2016) Itamar Franco, o vice-presidente assume o mandato e o conclui até seu final, o novo mandatário tem a implantação do Plano Real como principal meta de governo, que de um modo geral obteve êxito em estabilizar a inflação a partir de uma nova moeda, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, conhecido popularmente como FHC, se notabilizou pelo sucesso do controle da inflação com a nova moeda e como candidato à presidência pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) venceu as eleições de 1994 ainda no primeiro turno, conforme o quadro 2:

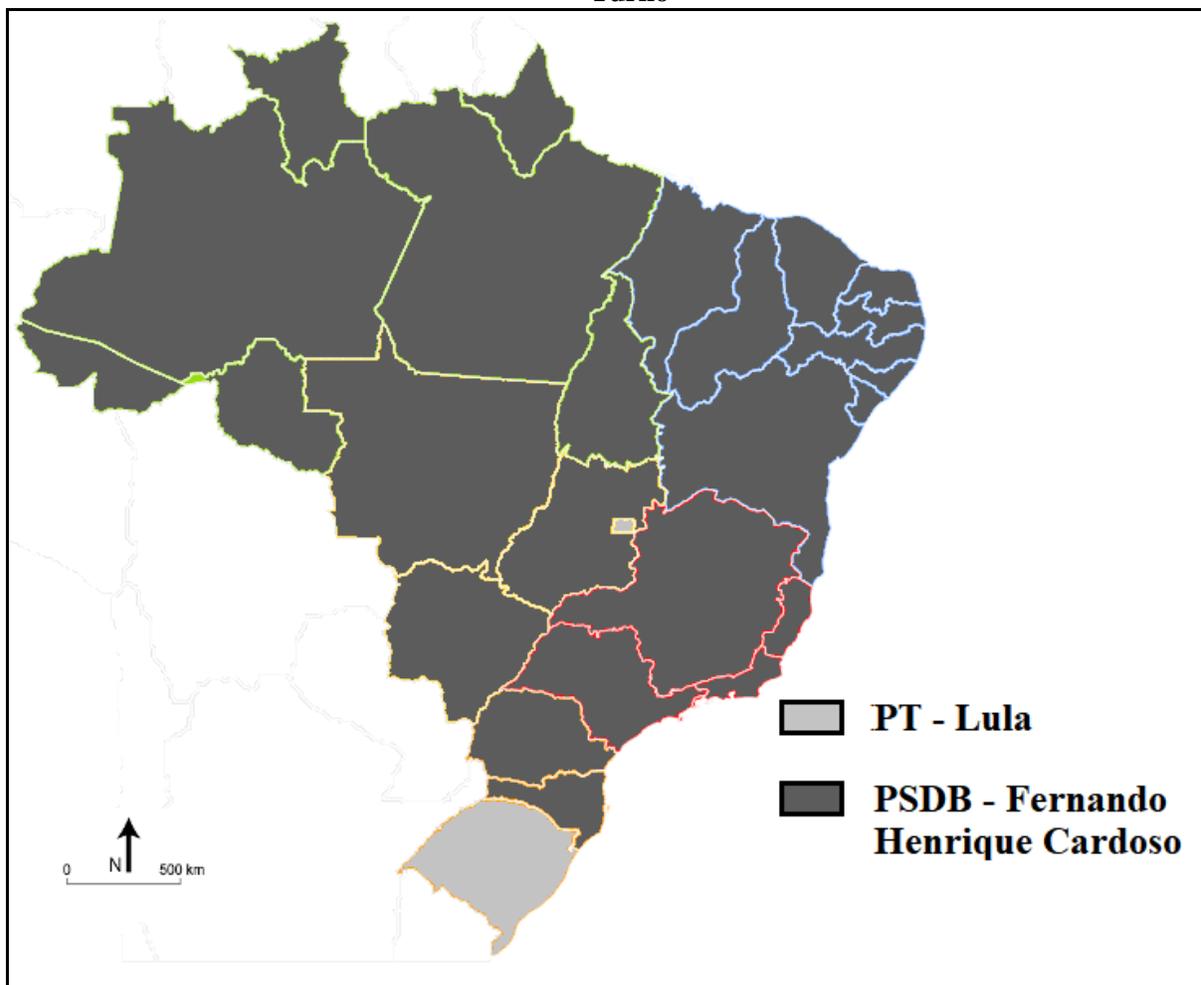
Quadro 2 – Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1994

Candidato	Partido	Votos	Proporção
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	34.350.217	54,28%
Luís Inácio Lula da Silva	PT	17.112.255	27,04%
Enéas Carneiro	PRONA	4.670.894	7,38%
Orestes Quércia	PMDB	2.771.788	4,38%
Leonel Brizola	PDT	2.015.284	3,18%
Esperidião Amin	PPR	1.739.458	2,75%
Carlos Antônio Gomes	PRN	387.611	0,61%
Hernani Fortuna	PSC	238.126	0,38%
Total válidos		63.285.633	100%

**Fonte: TSE.
Organizado pelo autor.**

As primeiras pesquisas daquelas eleições apontavam Lula como favorito, uma vez que ele, inicialmente, era o candidato mais conhecido da população. Tal fato associado a outros elementos como o seu antagonismo frente a Collor nas eleições anteriores, coligado ao desgaste deste último, bem como a significativa atuação do primeiro no processo de impeachment de 1992, evidenciava um cenário muito favorável ao candidato do PT. Candidatos veteranos do setor político se candidataram e tiveram votação proeminente em seus nichos eleitorais, casos de Orestes Quércia e Esperidião Amin, ainda assim longe de conseguir competir com a popularidade de FHC, Enéas Carneiro ascendendo como um político proeminente com discurso nacionalista de ordem conservadora. Contudo, a associação do Plano Real a FHC, fez com que este chegasse ao Planalto com mais do que o dobro dos votos de Lula, fato refletido também nas unidades federativas, conforme a figura 2.

Figura 2: Mapa das eleições presidenciais do Brasil de 1994 por unidades federativas – Primeiro Turno



Fonte: TSE.
Base cartográfica: IBGE.
Elaboração: autor.

O mapa eleitoral de FHC é semelhante ao de Collor em 1989, o candidato absorveu boa parte daquele eleitorado. Lula perde força, inclusive em seu estado de origem, porém se mantém forte no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Brizola se desgasta significativamente nos cinco anos que se passaram entre essas últimas eleições, fato também visível no quadro 2, Jacob et. al. (2000) atribui tal situação ao fato do eleitorado identificar três candidatos identificados a uma esfera progressista, além dele e Lula, FHC também se colocava antes de eleito com este rótulo, já que vinha de uma militância acadêmica crítica à ditadura civil-militar e se candidatava a

partir de um partido que se denominava socialdemocrata, desta forma retirou muitos votos de Brizola no eixo Minas-Rio-São Paulo. O novo presidente chega ao poder com o apoio de seu antecessor e extensa popularidade pela estabilidade econômica sedimentada no governo anterior.

Bresser-Pereira (2016) reafirma tal esperança em FHC, quando ressalta que o então presidente se comprometeria com a inserção de investimentos sociais que visavam reduzir as desigualdades no país, entretanto manteve a política neoliberal implementada por Collor. De uma certa forma o primeiro mandato de FHC se configurava em posição progressista quando comparado a Collor, pois diferentemente deste último avançou do ponto de vista social, contudo quando comparado a governos posteriores, como Lula e Dilma Rousseff, chamada comumente de Dilma somente, nota-se o maior direcionamento à manutenção das políticas neoliberais.

Politicamente, em seu primeiro mandato FHC conseguiu maioria no parlamento se aliando a partidos de diferentes posições políticas, desde; o então Partido da Frente Liberal, antigo Partido Democrático Social (PDS) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA), atual Democratas (DEM), partido da situação na ditadura civil-militar de proeminente conservadorismo; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ao qual apresentava grande diversificação em seu quadro político no âmbito progressista e conservador; e o Partido Popular Socialista (PPS), originado do antigo PCB (Partido Comunista Brasileiro). Portanto, o novo presidente consegue criar um governo de coalizão e forma uma maioria. Esta por sua vez é responsável pela emenda constitucional que passa a permitir a reeleição em cargos executivos, que vai beneficiar FHC em 1998. (BRESSER-PEREIRA, 2016)

No plano econômico de seu primeiro mandato, FHC manteve a paridade entre real e dólar criando um ambiente de apreciação da moeda nacional, isto é, causou uma sobrevalorização da moeda, o dólar relativamente enfraquecido e a política de entrada de produtos e capitais externos foi desastrosa para o Brasil, a falta de competitividade das mercadorias nacionais levou o país a um processo de desindustrialização que ainda tinha que lidar com as altas taxas de juros para estabilizar o mercado financeiro. Tais medidas econômicas levam o país a uma crise extrema em 1998, objetivando ser reeleito FHC mantém artificialmente a inflação e as taxas de câmbio baixas até o final de 1998, provocando um aumento significativo da dívida externa, gerando também a crise do balanço de pagamentos.

Mesmo com os problemas econômicos citados, FHC se reelege em 1998 ainda no primeiro turno. A crise economia que estava por vir a partir de 1999 ainda não havia eclodido, a comparação de governabilidade de FHC, considerada bem sucedida frente a Collor, bem como o aparente controle da inflação são significativos para o então presidente lograr êxito naquela disputa, como se pode observar no quadro 3.

Quadro 3 – Resultado do Primeiro Turno das eleições presidenciais do Brasil em 1998

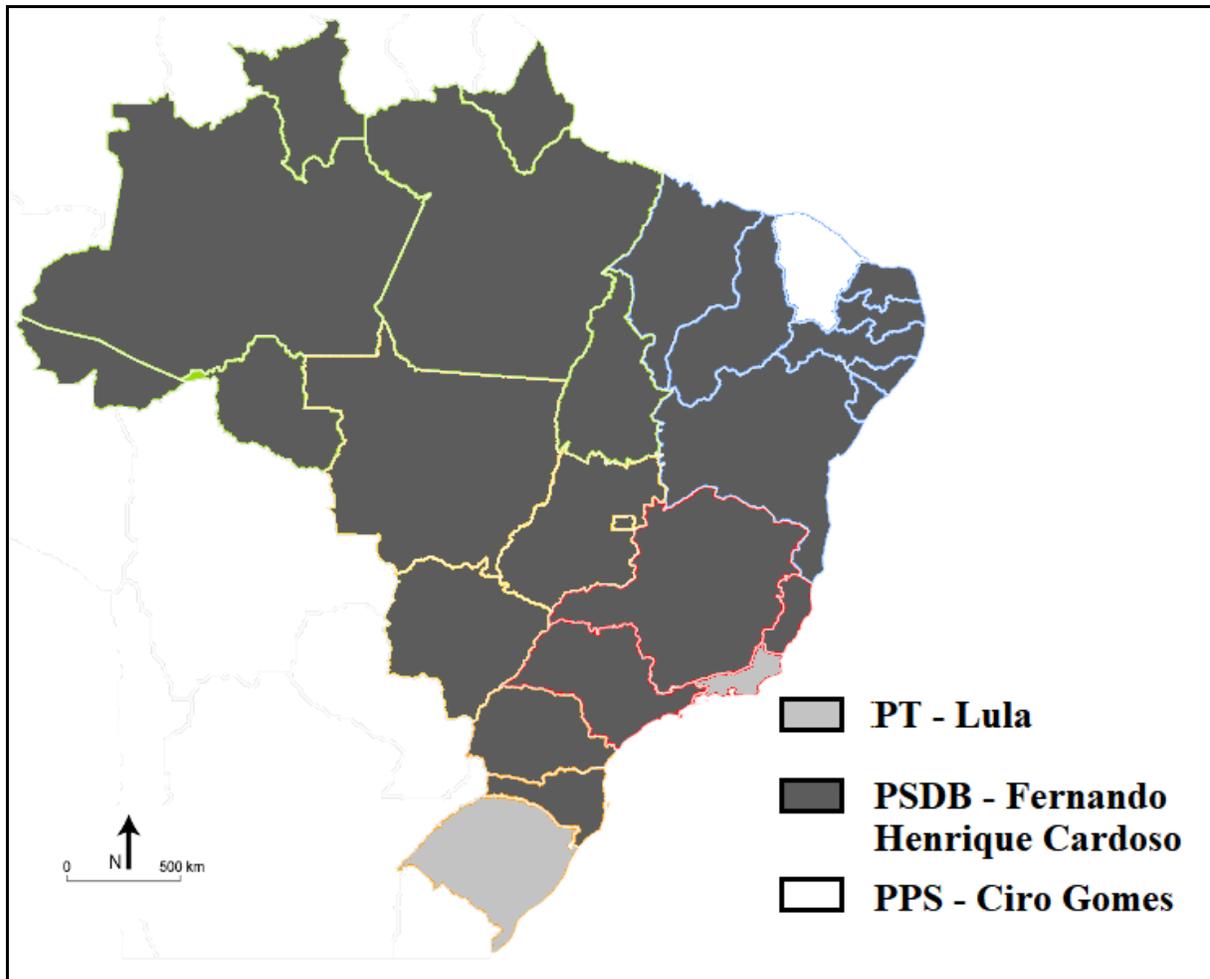
Candidato	Partido	Votos	Proporção
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	35.936.540	53,06%
Luís Inácio Lula da Silva	PT	21.475.218	31,71%
Ciro Gomes	PPS	7.426.190	10,97%
Enéas Carneiro	PRONA	1.447.090	2,14%
Ivan Frota	PMN	251.337	0,37%
Alfredo Sirkis	PV	212.984	0,31%
José Maria de Almeida	PSTU	202.659	0,30%
João de Deus	PTdoB	198.916	0,29%
José Maria Eymael	PSDC	171.831	0,25%
Thereza Ruiz	PTN	166.138	0,25%
Sérgio Bueno	PSC	124.659	0,18%
Vasco Neto	PSN	109.003	0,16%
Total válidos		67.722.565	100%

**Fonte: TSE.
Organizado pelo autor.**

O contexto das eleições de 1998 trazem Lula e Brizola juntos como candidatos a presidente e vice respectivamente. Ciro Gomes à frente do PPS se coloca como alternativa no âmbito do progressismo e com um discurso crítico ao governo FHC. Os demais candidatos, representantes de ideologias diversas, não chegam a representar mais que 4% dos votos válidos,

apresentando pequena relevância no resultado final. Salienta-se que os votos de visão progressista foram divididos entre Ciro Gomes e Lula, conforme a figura 3 demonstra:

Figura 3: Mapa das eleições presidenciais do Brasil de 1998 por unidades federativas – Primeiro Turno



Fonte: TSE.
Base cartográfica: IBGE.
Elaboração: autor.

A figura 3 demonstra que FHC mantém sua hegemonia frente ao eleitorado da maioria dos estados do Brasil, Lula mantém superioridade no Rio Grande do Sul e recupera o Rio de Janeiro, releva-se que tendo Brizola como vice em sua chapa é de grande relevância para tais números, uma vez que ambas unidades federativas são nichos políticos do pedetista. Ciro Gomes

se apresenta como uma figura autodeclarada progressista e arrasta para si os votos do Ceará, estado ao qual construiu sua carreira política, sendo prefeito de Fortaleza e governador. A estabilidade política se reflete como vitória para FHC, ainda que economicamente os efeitos sejam sentidos em seu segundo mandato.

Em janeiro de 1999 FHC se vê obrigado a desvalorizar a moeda com o câmbio flutuante, desta maneira a moeda se desvaloriza frente às leis de mercado. O dólar chega a quase dobrar de valor em relação ao real no primeiro mês de seu segundo mandato, segundo Bresser-Pereira (2006) esta situação faz com que o governo volte a praticar as políticas que resultaram na crise da balança de pagamentos do primeiro mandato, isto é, apreciação artificial do câmbio, taxas de juros altas, mantendo os problemas já apresentados no primeiro mandato, ou seja, baixa capacidade de competição da produção nacional resultado em baixo investimento do setor privado e aumento do déficit público com o aumento dos juros da dívida.

Do ponto de vista econômico, ainda que problemático ao se comparar os oito anos de governo de FHC foram mais estáveis quando comparados a Collor, do ponto de vista social a desigualdade social foi reduzida. Entretanto o resultado das políticas econômicas resultou em elevado desemprego no ano de 2002, fato que desvalorizou o grupo político do PSDB que não apresentava nenhum nome desta vez que estivesse à altura de disputar com Lula, agora com um discurso mais ao centro como indica a primeira carta ao povo brasileiro também de 2002, as eleições daquele ano. (BRESSER-PEREIRA, 2006)

Coube a José Serra ser o candidato do PSDB à presidência do Brasil em 2002, diferentemente de FHC em 1994, Serra não apresentava nenhum fator de popularidade que o relevasse em âmbito nacional. Popular no estado de São Paulo, onde construiu sua carreira política, havia sido eleito senador em 1998 e exerceu o cargo de ministro da saúde com significativos projetos na área. De qualquer forma, a impopularidade adquirida pelo partido ao fim do segundo mandato do FHC prejudicou qualquer possibilidade de competir significativamente contra Lula, desta forma o quadro 4 demonstra o resultado do segundo turno daquelas eleições:

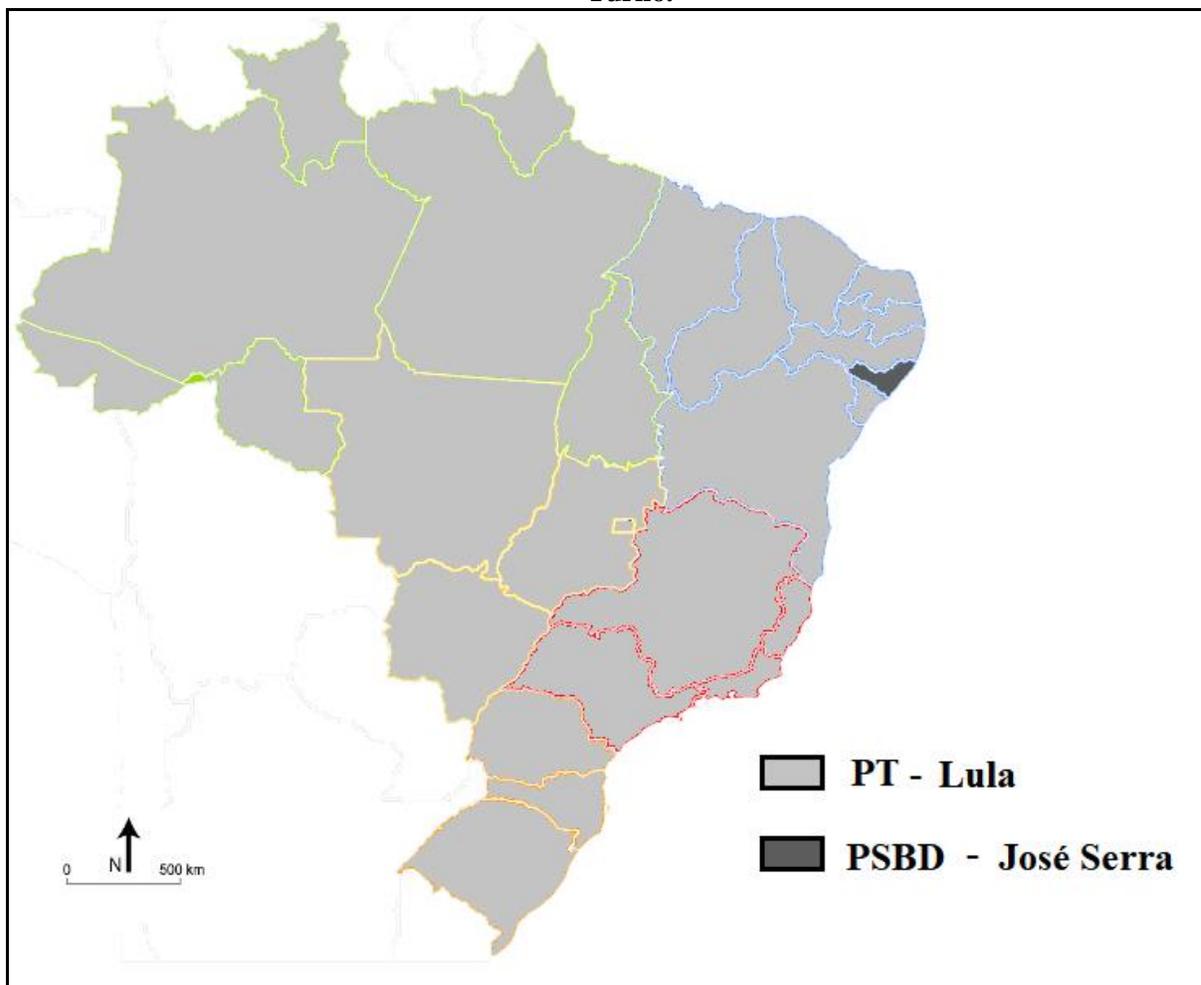
Quadro 4 – Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2002

Candidato	Partido	Votos	Proporção
Luís Inácio Lula da Silva	PT	52.793.364	61,27%
José Serra	PSDB	33.370.739	38,73%
Total válidos		86.164.103	100%

**Fonte: TSE.
Organizado pelo autor.**

Lula vence as eleições com uma diferença significativa de votos, não tão grande quanto FHC nas duas eleições anteriores. Contudo, ressalta-se o fato do petista não ter a máquina pública a seu favor. O discurso foi moderado, a partir do comprometimento com a manutenção da economia de mercado na primeira carta ao povo brasileiro, bem como com a escolha de um vice filiado ao Partido Liberal (PL), o empresário José Alencar. O discurso das eleições anteriores, era associado a um extremismo socialista pelos adversários, ainda que não fosse o caso, resultava em uma intimidação no que tange o eleitorado, mais por desconhecimento ideológico do que pela possibilidade de um socialismo de fato. Estas eleições marcam uma mobilidade ideológico, a figura 4 corrobora com esta afirmação.

Figura 4: Mapa das eleições presidenciais do Brasil de 2002 por unidades federativas – Primeiro Turno.



Fonte: TSE.
Base cartográfica: IBGE.
Elaboração: autor.

Em relação às três eleições anteriores o ano de 2002 apresenta uma mudança intensa do comportamento majoritário do eleitorado. Lula, ainda que se comprometendo com o mercado financeiro se elege com a promessa de ampliar os programas sociais lançados no governo anterior, bem como um projeto de combate à fome. Os candidatos derrotados mais proeminentes do primeiro turno, Ciro Gomes ainda no PPS e Anthony Garotinho pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), apoiam o candidato petista, deixando Serra e o PSDB isolados na campanha do segundo turno. Todos estes fatores associados ainda ao desgaste proveniente de oito anos de

governo FHC, resultam na vitória de Lula em 26 das 27 unidades federativas, o petista só não saiu vencedor em Alagoas.

Inicia-se o governo o Lula, ao qual se estabelece significativos avanços em programas sociais, avanços em índices socioeconômicos e aumento no padrão de renda e consumo. Apesar de todos estes aspectos, ainda assim Lula mantém a mesma lógica econômica estabelecida por FHC nos anos anteriores. Bresser-Pereira (2016) ressalta que tal política de conciliação gera descontentamentos nos âmbitos da esquerda mais radical, inclusive dentro do próprio PT, e certa confusão com as elites mais conservadoras ainda intimidadas pelo histórico sindicalista do novo presidente.

Entre os membros de sua equipe econômica estava Henrique Meirelles, escolhido para acalmar qualquer possibilidade de assustar o mercado, o que indicava uma continuidade do neoliberalismo praticado até então. Contudo, ainda que mantivesse tais práticas, Lula logrou êxito pela estabilidade econômica internacional, a elevação do preço das commodities favoreceu também significativamente o Brasil que teve possibilidade de reverter os problemas da crise do balanço de pagamentos e guardar reservas em moeda estrangeira. (BRESSER-PEREIRA, 2016)

A estabilidade econômica permitiu ao governo Lula alterar a equipe econômica em uma diretiva mais associada a medidas progressistas, aumentou-se o acesso ao crédito graças aos recursos provindos das mercadorias primárias. Bresser-Pereira (2016) acrescenta que em meados de 2005 a popularidade do presidente aumentava, principalmente com as possibilidade que as reservas de petróleo do Pré-sal traziam, entretanto acrescenta que o governo subestimou a possibilidade de uma doença holandesa no Brasil, onde ocorre dependência de produtos primários em relação à indústria, o autor ainda coloca que tal fator será significativo para a crise econômica e política que viria na década seguinte.

O PSDB se mantém como o partido antagonista ao PT de Lula, o discurso do partido se desloca mais a um conservadorismo de direita para exercer um papel de oposição, fato que vai se aprofundar ainda mais com o passar dos anos. O adversário que chegou ao segundo turno para enfrentar o então presidente foi Geraldo Alckmin, o governador de São Paulo. A popularidade de Lula associada à estabilidade econômica resultou em uma vitória maior quando compara em números absolutos com as eleições de 2002, conforme se observa no quadro 5.

Quadro 5 – Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2006

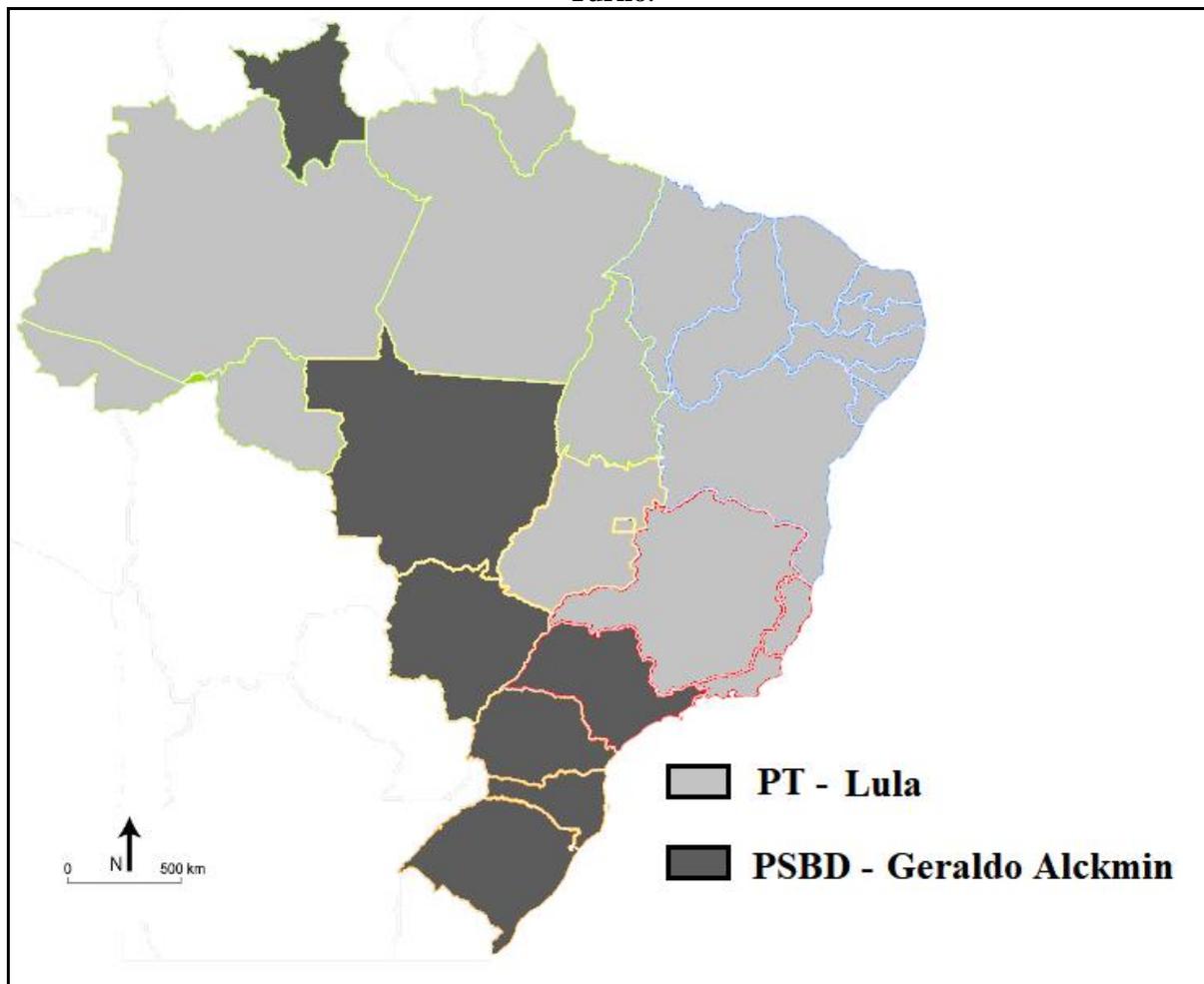
Candidato	Partido	Votos	Proporção
Luís I. Lula da Silva	PT	58.295.042	60,83%
Geraldo Alckmin	PSDB	37.543.178	39,17%
Total válidos		95.838.220	100%

**Fonte: TSE.
Organizado pelo autor.**

O presidente Lula se reelege com mais de 20% de diferença nos votos válidos, no primeiro turno a polarização já ocorria entre ambos os candidatos de modo que o petista quase se elegeu naquele momento, chegando a quase 49% dos votos válidos. Tal situação ocorreu pelo fato dos demais candidatos somados não atingirem sequer 10% dos votos válidos, corroborando com a contraposição PT e PSDB que chegava à sua quarta eleição presidencial. Ainda assim, o segundo turno traz uma surpresa, o candidato derrotado perdeu mais votos do que ganhou, uma vez que conseguiu primeiramente quase 40 milhões de votos, perdendo mais de dois milhões no turno decisivo.

Esperava-se que o candidato petista vencesse no primeiro turno ainda, acusações de corrupção envolvendo o partido foi uma constante entre 2004 e 2006, de qualquer forma os números positivos no âmbito da economia e os avanços nas políticas sociais resultou em uma votação mais expressiva para o reeleito quando comparado às eleições de 2002. Um fato que deve ser ressaltado a partir deste pleito é o início da regionalização dos votos entre o PT e o PSDB, como se observa na figura 5.

Figura 5: Mapa das eleições presidenciais do Brasil de 2006 por unidades federativas – Primeiro Turno.



Fonte: TSE.
Base cartográfica: IBGE.
Elaboração: autor.

A explicação para a regionalização dos votos e a contraposição ideológica dos votos é, conforme Limongi e Guarnieri (2015), a base social que cada candidato ou partido passa a representar, os estados com os maiores problemas socioeconômicos se mantêm fiéis, aos seus votos em relação ao ano de 2002, já as unidades federativas que apresentavam melhores condições socioeconômicos invertem seus votos, principalmente pelo papel exercido pelos meios de comunicação na cobertura dos escândalos de corrupção associados principalmente ao Mensalão, como ressalta Mundin (2014).

O segundo mandato do presidente Lula é marcado pela intensificação dos projetos sociais iniciados anteriormente, a popularização ainda maior do presidente, pautada pela vitória significativa nas eleições de 2016 cria um ambiente muito favorável à manutenção e aumento do programas sociais. Bresser-Pereira (2016) ressalta tal fato quando escreve que:

Segundo o Banco Mundial, o Brasil conseguiu praticamente eliminar a pobreza extrema [...] Em seu relatório de 2014, o Banco ressalta que o número de brasileiros vivendo com menos de 2,4 dólares (cerca de 7,5 reais) por dia caiu de 10% para 4% entre 2001 e 2013. A renda domiciliar per capita da população aumentou 40,7% entre 2003 e 2011, taxa 13,3 pontos superior à apresentada pelo PIB per capita, que avançou 27,7% no período. O índice de Gini, que girava em torno de 0,60 na segunda metade dos anos 1990 e baixara para 0,58 em 2003, em 2009 reduz-se para 0,54.

Os avanços sociais forma significativos no período, ainda que alguns dos números apresentados tenham se iniciado com FHC e terminado no governo Dilma Rousseff, nenhum avanço se realizaria sem maiores investimentos. O governo Lula, a partir de seus programas sociais reduz significativamente a desigualdade social no período ao qual presidiu o país. Contudo, um outro índice também é apresentado por Bresser-Pereira (2006), a maior participação dos salários na composição do PIB, parte do crescimento econômico era pautado no consumo interno gerado pelo aumento do PIB per capita, modelo que a longo prazo não se sustentaria e culminaria no colo do governo Dilma, a partir de 2010.

Algumas questões não resolvidas por Lula se agravaria em uma crise a partir dos anos de 2013 e 2014, as quais se pode citar o não controle da doença holandesa, o agravamento desta com o aumento do preço das commodities, o aumento da poupança externa em detrimento da interna, a manutenção da política de juros altos e o controle da inflação por meio do controle do câmbio. Bresser-Pereira (2016) considera que as medidas eram mais populistas do que pensadas economicamente a longo prazo, de qualquer modo a inflação controlada, o câmbio apreciado e a melhora nos índices socioeconômicos resultam em uma aprovação recorde do governo.

De qualquer modo, a partir dos avanços sociais que forma muito maiores do que aqueles estabelecidos por governos anteriores, avanços estes corroborados com programas embasados com planejamento e investimento, define-se o governo de Lula como progressista de centro-

esquerda, o centro proveniente da coalização com o mercado financeiro e esquerda pela preocupação maior com a justiça social.

Neste contexto, Lula apresenta para sua sucessão a então ministra da casa civil, Dilma Rousseff e consegue, diferentemente de FHC, fazer sua sucessora chegar ao cargo executivo máximo do país. José Serra era novamente o candidato do PSDB, desta vez seus adversários não eram somente os demais candidatos, a popularidade de Lula fez com que Dilma crescesse significativamente nas intenções de votos e vencesse as eleições no segundo turno, conforme se pode observar no quadro 6.

Quadro 6 – Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2010

Candidato	Partido	Votos	Proporção
Dilma Rousseff	PT	55.752.529	56,05%
José Serra	PSDB	43.711.388	43,95%
Total válidos		99.463.917	100%

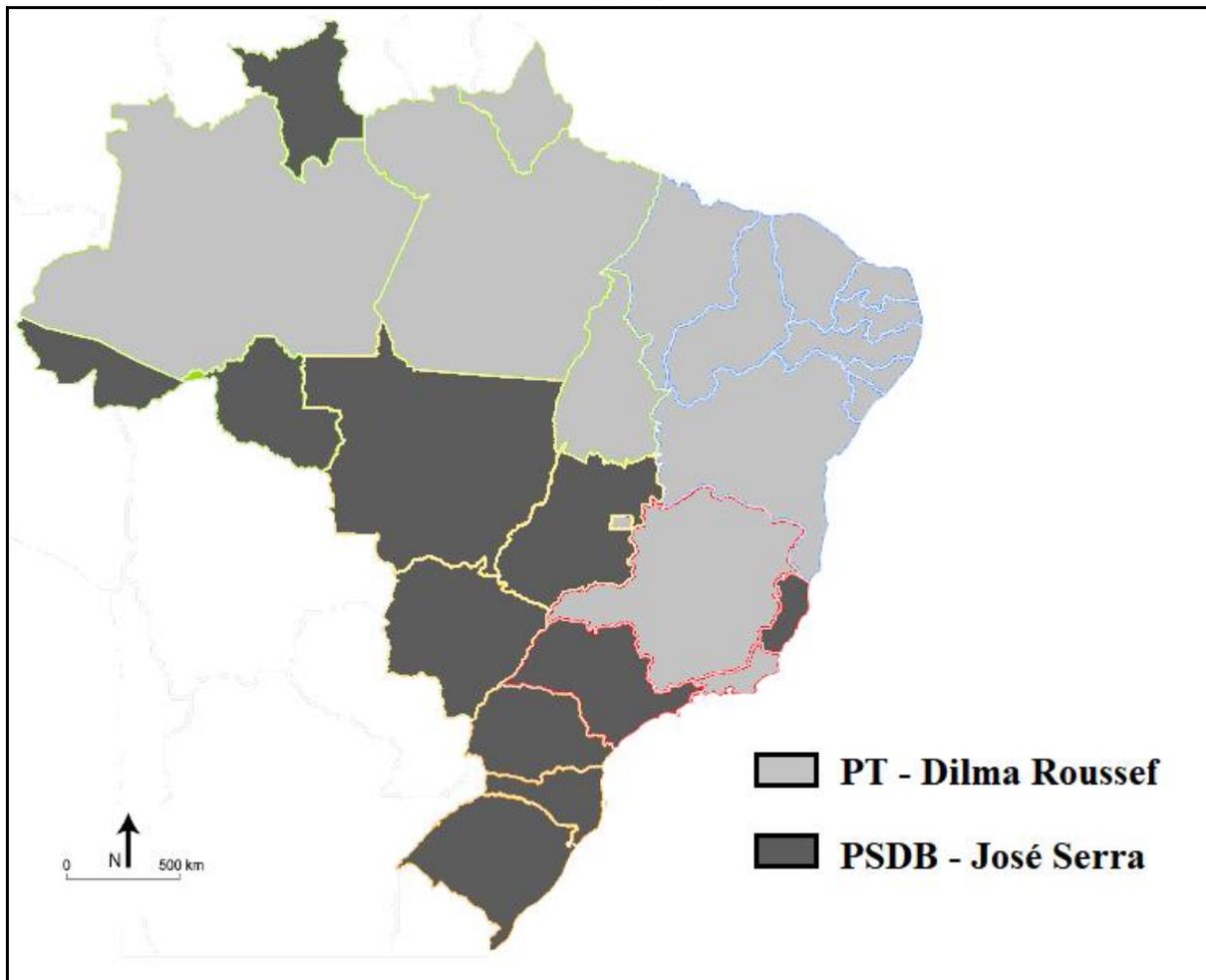
**Fonte: TSE.
Organizado pelo autor.**

Dilma era do meio político há um bom tempo, contudo não tinha se candidatado anteriormente a um cargo eletivo, cresceu na política a partir dos bastidores do PT, uma preocupação de seu partido era a capacidade de transferência dos votos de Lula por meio de sua popularidade. Comparado à vitória de Lula em 2002 e 2006, Dilma apresenta um percentual de diferença menor em relação ao seu segundo colocado, de toda maneira é relevante a vitória da candidata que nunca esteve à frente de um pleito anteriormente, ainda mais com José Serra, que além de ter sido senador e ministro da saúde nos anos de 1990, elegeu-se prefeito e governador das cidade e estado de São Paulo nos anos de 2004 e 2006 respectivamente, sendo, portanto, um político conhecido nacionalmente e relevante no maior cartório eleitoral do país.

O mapa eleitoral se assemelha com aquele estabelecido em 2006, Dilma mantém a hegemonia petista nos estados da federação com mais problemas socioeconômicos, enquanto que Serra

apresenta votação significativa naqueles com maior desenvolvimento. Observa-se tal fato na figura 6.

Figura 6: Mapa das eleições presidenciais do Brasil de 2010 por unidades federativas – Segundo Turno



Fonte: TSE.
Base cartográfica: IBGE.
Elaboração: autor.

Dilma mantém liderança nos estados da Região Nordeste e perde partes do Norte, Centro-Oeste e Sudeste quando comparada à vitória de Lula em 2006, Serra mantém a Região sul, avança no Sudeste, Centro-Oeste e Norte quando comparado ao resultado de Geraldo Alckmin.

Ainda que seja significativa sua vitória, o PT perde terreno em várias partes do país, aumentando a polarização de sua díade com o PSBD.

O governo Dilma se inicia em forma de continuidade, as medidas econômicas praticadas por Lula, assim como a maior parte da equipe se mantém à frente da administração do país. Antes do final do governo Lula, a crise mundial de 2008 alterou algumas medidas econômicas que se mantiveram em parte logo de início à nova presidente, a instabilidade internacional obrigou o governo a reduzir as taxas de juros de alguns setores, principalmente daqueles associados a consumo e subsistência, ampliou programas sociais como o Bolsa Família e incentivou a criação do Minha Casa Minha Vida para construção de moradias com recursos subsidiados e ampliação do crédito no mercado com aportes do BNDES. Por fim, o Programa de Aceleração do Crescimento aumenta os recursos nas áreas estratégicas de infraestrutura e indústria. (BRESSER-PEREIRA, 2016).

O governo injetou recursos para incentivar a produção e o consumo para evitar problemas a curto prazo com a crise internacional. As medidas anteriores surtem efeito e o novo governo se inicia sem maiores sustos. Contudo, conforme Bresser-Pereira (2016) a recuperação da crise econômica faz com que as medidas anteriores continuem sendo praticadas, ou seja, as taxas de juros se elevaram e o câmbio se apreciou novamente, a competitividade industrial no início do governo Dilma estava baixa como no final da era FHC. O governo mantinha a lógica de crescimento econômico pautado no preço das commodities em conjunto com o consumo interno a partir do aumento do salário real.

A medida mais adequada para se corrigir tal anomalia seria a desvalorização da moeda, que segundo Bresser-Pereira (2016) acarretaria em uma queda de rendimento e consumo a curto prazo, mas que posteriormente incentivaria a retomada da indústria que corrigiria aqueles problemas iniciais. Entretanto, Dilma não tinha capital político para tomar uma decisão impopular, uma vez que sua popularidade era na verdade de Lula.

O governo Dilma perde popularidade por não saber lidar com a continuidade da crise de 2008 que eclode na crise do Euro de 2010. Bresser-Pereira (2016) coloque que economistas liberais e conservadores atribuem o insucesso de Dilma ao fato de seu governo não ter realizado o ajuste fiscal no período correto, já para aqueles que se definem como keynesianos ou

progressistas a saída era combater a nova crise com investimentos públicos, assim como feito em 2008.

Para o autor, entretanto, o maior problema que gerou a instabilidade econômica de então foi a sobrevalorização da moeda, em termos práticos todo aquele mercado consumidor construído por Lula se externou em direção às importações a partir do dólar baixo. A apreciação demora alguns anos para fazer efeito, esta se iniciou ainda no governo Lula, porém só se concretizou com Dilma no Planalto. (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Bresser-Pereira (2016) informa Dilma tentou combater a crise que viria ocorreu a partir da redução das taxas de juros, em uma política que atingiria diretamente o capital financeiro rentista. Contudo para tal prática dar resultado a moeda deveria se desvalorizar significativamente, fato que não ocorreu na medida necessária. Consequentemente a inflação aumentou. A presidente, sem o mesmo potencial de popularidade que seu antecessor, não tinha condições políticas de manter os juros baixos, de modo que o Banco Central os aumentou, impondo a ela uma grande derrota.

Tais políticas culminaram em um processo de desindustrialização com queda de investimentos no mercado interno, fuga de investimentos para o exterior e aumento da inflação. As taxas de desemprego se mantiveram baixas em razão da falta de mão-de-obra, contudo a longo prazo a diminuição dos investimentos e a falência das indústrias culminariam em uma aumento relevante desse problema. Associado a todas estas situações os preços das commodities diminuem significativamente demonstrando que a doença holandesa não tinha sido eliminada do Brasil.

Do ponto de vista social e político, Dilma tem de enfrentar as manifestações de 2013, um grupo de manifestantes que exigiam redução nas tarifas das passagens de ônibus geraram uma série de manifestações de ordem nacional. A princípio, um descontentamento legítimo de crítica aos altos custos frente a um serviço limitado, legitimaram um levante da classe média que apresentou pela primeira vez em larga escala seu descontentamento com a classe política. Bresser-Pereira (2016) esclarece que a entrada da classe média nas manifestações acrescentam um viés conservador, concretizando uma mudança ideológica que já estava em curso anteriormente.

A presidente que já tinha na economia problemas relevantes a questionar, perde o apoio considerável que detinha e vê a opinião pública questionar a capacidade de seu governo. Sua popularidade despenca no decorrer do ano de 2013. Tal situação coloca em risco a possibilidade de reeleição que parecia certa, mesmo com as dificuldades no âmbito econômico. O ano de 2014 colocou Dilma frente a Aécio Neves, que já havia sido deputado e governador do estado de Minas Gerais, naquela data era senador e tinha como herança política o fato de ser neto de Tancredo Neves, cabia a ele, junto ao PSDB, tentar quebrar a hegemonia de três eleições presidenciais vencidas pelo PT.

As eleições de 2014 foram marcadas pela mais acirrada disputa na dualidade entre PT e PSDB, a queda de popularidade de Dilma, bem como acusações de corrupção de ambos os partidos marcou o discurso do período eleitoral. As propostas nos campos econômicos e sociais ficaram em segundo plano. Neste contexto, as pesquisas eleitorais às vésperas do segundo turno não determinavam de modo claro se havia algum favorito, Dilma vence com uma margem de votos pequena, como esclarece o quadro 7.

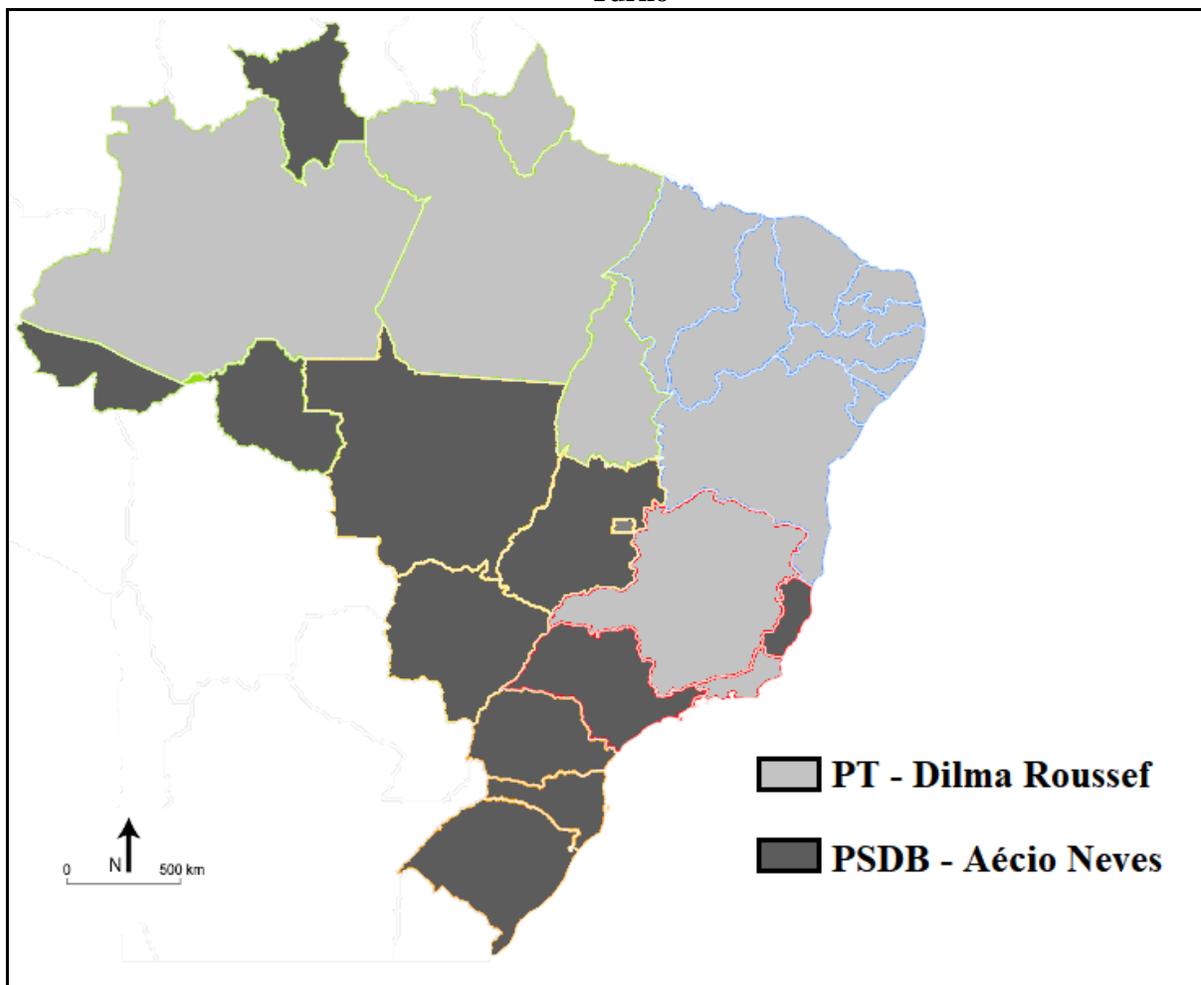
Quadro 7 – Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2014

Candidato	Partido	Votos	Proporção
Dilma Rousseff	PT	54.501.108	51,64%
Aécio Neves	PSDB	51.041.155	48,36%
Total válidos		105.542.27	100%

**Fonte: TSE.
Organizado pelo autor.**

Dilma se elege com um plano de governo de ordem progressista, prometendo manter as políticas sociais sedimentadas nos anos anteriores. Entretanto, não detinha mais o mesmo apoio dos primeiros meses de seu primeiro mandato. A oposição questionou o resultado das eleições exigindo, inclusive, uma recontagem de votos perante o TSE. O resultados das eleições evidenciou a disputa mais polarizada desde a redemocratização, neste sentido a figura 7 objetiva demonstrar esta afirmação.

Figura 7: Mapa das eleições presidenciais do Brasil de 2014 por unidades federativas – Segundo Turno



Fonte: TSE.
Base cartográfica: IBGE.
Elaboração: autor.

A polarização entre Dilma e Aécio ocorre dentro do âmbito de cada unidade federativa, em comparação ao ano de 2010, a presidente reeleita perdeu somente o Distrito Federal. Contudo a diferença entre PT e PSDB reduziu-se nos Estados em que a petista saiu vencedora, enquanto que o tucano ampliou a diferença conquistada por Serra em 2010. De um modo geral, a governabilidade estava comprometida, uma vez que a bancada de deputados da situação se reduziu e o PMDB já não enxergava a vantagem política que tivera no mandato anterior.

Segundo Bresser-Pereira (2016) Dilma Rousseff se encontra em uma situação bem pior do que em 2011, sem a mesma popularidade e com um país dividido a situação econômica se encontrava ainda mais instável do que no final de seu último mandato. O último semestre de 2014 marca uma queda intensa no preço das commodities, este fato associado à deterioração das relações de troca, da queda do lucro das empresas, da elevação das taxas de juros, do aumento da dívida privada, aumento da dívida pública, e de uma política fiscal ortodoxa, realizada pelo economista liberal Joaquim Levi, levou o país a uma recessão proporcionalmente histórica.

De uma forma geral Dilma não cumpriu as promessas realizadas em campanha para seu eleitor, as medidas tomadas foram de cunho liberal. Percebendo o erro que cometia estabeleceu um plano de recuperação para a retomar a industrialização do país. Cortou encargos de diversas áreas da indústria e do consumo, as quedas de arrecadação da máquina pública levou o país a um déficit primário comprometendo a responsabilidade fiscal do governo.

As correções dos preços, ora subsidiados era inevitável, visto que as contas públicas apresentavam um déficit significativo, a inflação aumentou significativamente, principalmente com o aumento de itens básicos, como a conta de luz. Os índices econômicos já significavam motivação suficiente para as críticas contra a presidente. Soma-se a tal fator uma relação de ódio que se construir entre as elites e classe média, a margem de vitória foi pequena e com o crescente desemprego possivelmente já não detinha apoio da maioria em 2015. A situação se agravou em forma de crise política e qualquer medida do governo tinha dificuldade de diálogo no congresso. (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Neste contexto, salienta Bresser-Pereira (2016), novos escândalos de corrupção vêm à tona com a operação Lava Jato, tendo a Petrobrás como principal envolvida em esquemas de pagamento de propinas. O período levou os conservadores a culpar as políticas sociais pelos resultados desastrosos da crise de então. O autor esclarece que tal afirmação se configura em uma absoluta falácia, uma vez que a crise é resultado de políticas fiscais equivocadas e, por vezes, tardias.

As denúncias de corrupção eram noticiadas diariamente colocando o PT como ator preponderante na situação, o vice presidente da república, Michel Temer do PMDB, aliado ao presidente da câmara Eduardo Cunha, do mesmo partido, conspira contra o governo e derruba a presidente por meio de um impeachment. Esclarece-se que a acusação que legitimou o

impedimento de Dilma não se configura com crime de responsabilidade, de forma que o processo chegou a tal resultado mais em razão da perda de popularidade e da falta de base política na câmara dos deputados, no senado, no judiciário, bem como com a maioria da população. Desta forma, a manobra se configura como um golpe de Estado parlamentar. (BRESSER-PEREIRA, 2016).

O governo Michel Temer insere oficialmente um projeto de governo neoliberal, demonstra pouca preocupação com determinados setores do ambiente social, dissolve os ministérios da Reforma Agrária, das Mulheres e dos Direitos Humanos com a justificativa de se eliminar gastos sociais supérfluos. Neste contexto Bresser-Pereira (2016, p. 382 e 383) acrescenta que quem assume o poder é:

Uma direita empenhada em reduzir o gasto social do governo em educação, saúde, e previdência social, apresentando como justificativa para isso ao tese sem cabimento que a principal causa da crise de 2015 decorria de um desequilíbrio fiscal “estrutural”; uma direita que não quer pagar impostos e, assim, resolve este e todos os outros problemas econômicos através do ajuste fiscal; uma direita desvinculada da ideia de interesse nacional, e, portanto, que acredita com toda a evidência que quanto mais o país receber investimentos de multinacionais melhor; uma direita rentista, para a qual uma taxa de câmbio apreciada é algo muito atrativo; uma direita financista, para a qual juros reais muito elevados fazem parte da natureza das coisas.

O novo governo enfrentou a crise com corte de investimentos e redução de aporte nos programas sociais. Não se preocupou em baixar as taxas de juros beneficiando o rentismo, aprovou um projeto que estabeleceu o congelamento na política de investimentos sociais por 20 anos, aprovou uma reforma trabalhista que beneficiou os contratantes de mão-de-obra que passam a ter como possibilidade sobrepor acordos individuais em detrimento da CLT e colocou em pauta uma reforma trabalhista rígida, principalmente para os trabalhadores com salários mais baixos e funcionários públicos. A recessão econômica estacionou, conforme Bresser-Pereira (2016) mais pela recuperação do preço das commodities, da desvalorização do real e da consequente recuperação da indústria do que pelos cortes nos gastos públicos.

As eleições de 2018 caminhavam para um retorno do ex-presidente Lula ao Planalto, Michel Temer envolvido em escândalos de corrupção e sem capacidade reverter os problemas

causados pela crise no âmbito social levam o pré-candidato a chegar à liderança das pesquisas eleitorais. Todavia, desdobramentos da operação Lava Jato o colocam como réu em mais de um processo, Lula é condenado a partir de justificativas questionáveis, uma vez que vários juristas questionam a falta de provas para tal resultado. Mesmo com a definição provisória, ainda em segunda instância, o ex-presidente é preso e impedido de concorrer ao pleito.

O PT demora para indicar o substituto de Lula, o partido acreditou na possibilidade de transferência de votos a exemplo do que fez com Dilma em 2010. A prática não surtiu efeito, o PT não detinha a confiança de outros tempos e se encontrava desmoralizado pelas sucessivas acusações da Lava-Jato.

Entretanto, a operação respingou em diversos políticos do PSDB também, entre eles Aécio Neves, a população de um modo geral apresentou uma significativa descrença na política tradicional. Aécio também desacreditado pelas denúncias de corrupção não se candidata ao executivo máximo do país, deixando o posto novamente para Geraldo Alckmin, entretanto a deterioração política do PSDB se confirmou de forma mais intensa quando comparada ao PT, seu candidato sequer chegou à terceira colocação no primeiro turno.

O posto do conservadorismo no segundo turno ficou com Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL), o candidato se configura em uma posição de extrema direita, sendo deputado federal por seis mandatos seguidos tendo como base política o âmbito militar, emitindo opiniões críticas contrárias a minorias, às políticas sociais, aos movimentos de esquerda, intensificando um discurso nacionalista e de retomada econômica por meio de medidas liberais. O PT consegue chegar ao segundo turno com Fernando Haddad, o candidato foi ministro da educação de Lula e prefeito de São Paulo, conseguir absorver significativa quantidade de votos do ex-presidente, contudo sua popularidade não era a mesma, de modo que Bolsonaro sai vencedor, conforme se observa no quadro 8:

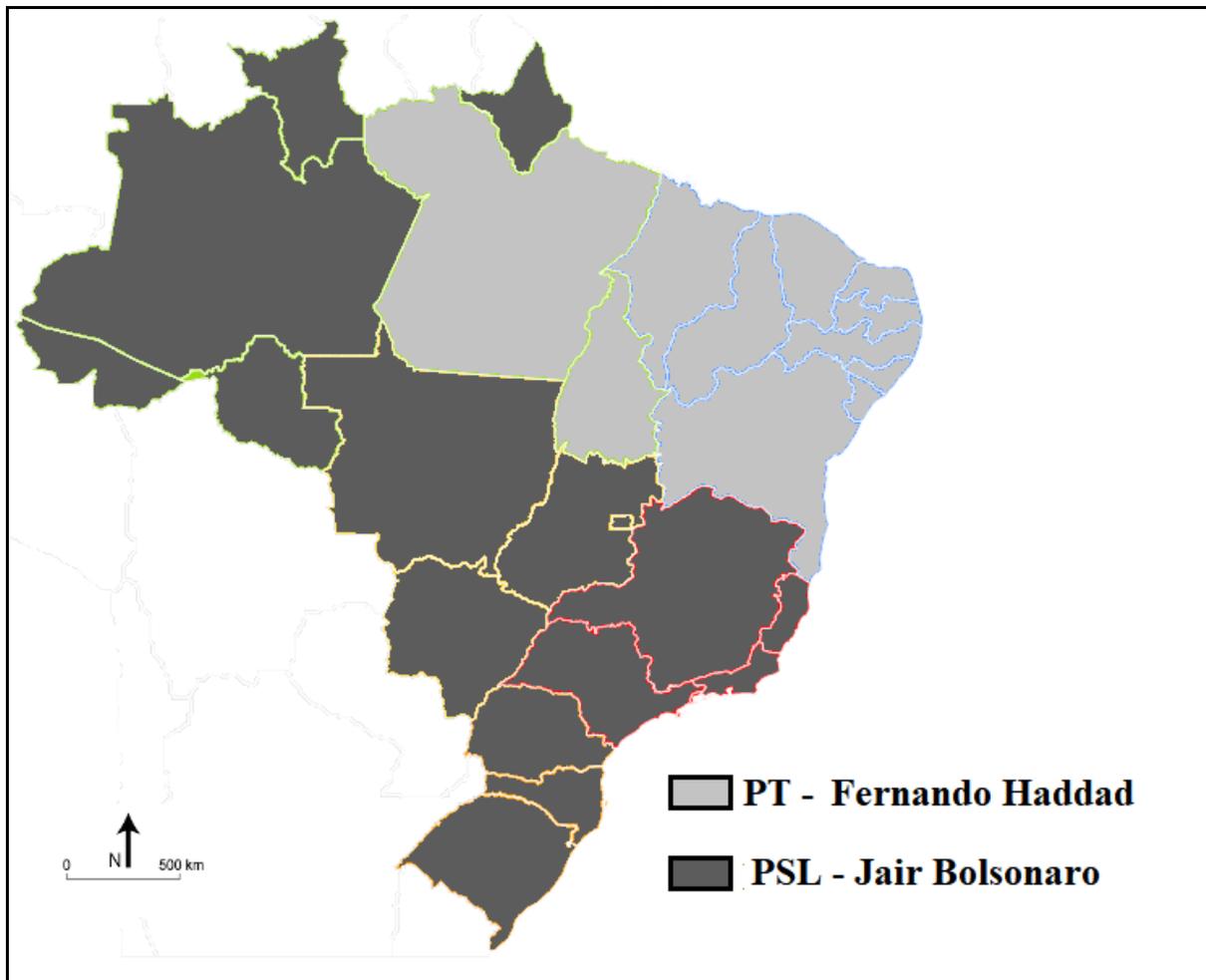
Quadro 8 – Resultado do Segundo Turno das eleições presidenciais do Brasil em 2014

Candidato	Partido	Votos	Proporção
Jair Bolsonaro	PSL	57.797.847	55,13%
Fernando Haddad	PT	47.040.906	44,87%
Total válidos		104.838.753	100%

**Fonte: TSE.
Organizado pelo autor.**

O contexto das eleições ocorreu a partir de uma série de notícias falsas espalhadas pelas redes sociais, Bolsonaro que começou as eleições atrás nas pesquisas de intenção dos votos cresceu sob uma intensa desqualificação dos movimentos de esquerda aos quais o PT estava associado. O eleito conseguiu criar uma ampla rede seguidores pela internet que promoveram o candidato de modo informal, assim como diversos empresários que objetivam maior flexibilização das relações trabalhistas e da previdência social. A diferença de votos foi significativa, uma vez que se configurou em mais de 10 milhões de votos, o que estabeleceu uma ampliação do território conservador no país, conforme a figura 8.

Figura 8: Mapa das eleições presidenciais do Brasil de 2014 por unidades federativas – Segundo Turno



Fonte: TSE.
Base cartográfica: IBGE.
Elaboração: autor.

O mapa eleitoral de 2018 apresenta um avanço do conservadorismo em direção à Região Norte, onde Bolsonaro conquista os estados do Amazonas e Amapá, vencidos pelo PT nas quatro eleições anteriores. O discurso bolsonarista é muito semelhante àquele identificado por Adorno (2015) no contexto da ascensão do fascismo nos anos de 1930 na Europa, o vencedor do pleito não apresentou propostas coerentes de governabilidade e pautou seu discurso na desqualificação moral de seu adversário durante a campanha, situação aceita por seus eleitorais sem maiores questionamentos racionais, agitadores por meio das redes sociais ampliavam a ascensão do

candidato por meio de frases nacionalistas e promessas de um governo forte de combate à corrupção, porém não apresentava propostas para chegar a tal objetivo.

O início do governo Bolsonaro é criticado por diversos autores da ciência política, o eleito não tinha toda a equipe pronta antes de se legitimar para o cargo. As escolhas foram feitas às pressas com critérios mais direcionados aos princípios morais do que capacidade técnica para os ministérios. Diversos ministérios são mesclados com a justificativa para cortes de gastos, gerando críticas de especialistas e do meio social. No plano econômico a agenda neoliberal de Temer é mantida e as políticas sociais estagnadas, entretanto não apresenta articulação com o congresso, senado, judiciário e até mesmo com a população, visto que, apesar do governo bolsonarista ainda se encontrar em seus primeiros meses de governança, sua popularidade cai significativamente em razão de seu discurso autoritário e pouco competente com a administração do país.

Do ponto de vista eleitoral a mobilidade ideológica se configura a partir do discurso bolsonarista, significativamente oposto às políticas implementadas por Lula e Dilma anteriormente, ainda que estes dois tenham praticado medidas neoliberais em âmbito econômico, do ponto de vista social sedimentaram redução da desigualdade social. Bolsonaro se elegeu com o discurso do mercado, associado às suas opiniões extremistas de direita, que foram legitimadas pela população, que aceitou sem maior criticidade a queda de Dilma sem motivações legais. Desta maneira, entende-se que a mobilidade ideológica direcionada para um período conservador já ocorrera naquele momento, legitimada eleitoralmente pela vitória de Bolsonaro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos objetivos propostos para a realização deste artigo, verifica-se que a mobilidade ideológica esteve presente em duas ocasiões, ou seja, nos pleitos eleitorais dos anos de 2002 e 2018. É possível estabelecer tais afirmativas por meio dos quadros e mapas expostos em cada ocasião.

Primeiramente, no ano de 2002, o pleito teve como vencedor o candidato Luís Inácio Lula da Silva do PT, o candidato tentava pela quarta vez o cargo executivo mais importante do

Brasil, nas ocasiões anteriores candidatos com programas mais voltados ao âmbito neoliberal tiveram êxito sobre este. Todavia, Lula venceu em 25 estados mais o Distrito Federal, quebrando a hegemonia de candidatos neoliberais que haviam logrado êxito anteriormente, o desgaste das políticas mais direcionadas mercado financeiro, associadas a crises econômicas e sociais influenciaram na sedimentação daquela mobilidade ideológica, norteadas naquele momento à políticas relativamente progressistas.

O PT se estabelece no governo e elege o presidente da república nas três eleições seguintes à primeira vitória de Lula, este consegue eleger sua sucessora, Dilma Roussef, duas vezes ainda. Contudo, o desgaste de seu partido, acusado de corrupção, em associação à crises econômicas que acarretaram em aumento do desemprego e inflação promovem uma nova mobilidade ideológica, desta vez norteadas por ideias conservadoras. O ano de 2018 tem como vencedor Jair Bolsonaro, com discurso extremamente antagônico às políticas petistas dos anos anteriores.

Ainda que a vitória de Jair Bolsonaro tenha sido mais polarizada, verifica-se que parte do eleitorado que outrora haviam escolhido os candidatos petistas, mudou de percepção a partir das crises políticas e econômicas vividas pelo partido. A incidência da mobilidade ideológica é significativa para as consequências das políticas públicas na construção do espaço geográfico, uma vez que, em períodos relativamente progressistas a desigualdade social estabilizou-se e diminuiu, os períodos conservadores tiveram como incidência aumento da desigualdade. Por fim, partir deste pressuposto, reforçasse, portanto, a importância da questão na transformação de qualquer espaço que passe por tal fenômeno social.

REFERÊNCIAS

BOUDON, Raymond. **A Ideologia**. São Paulo, SP: Ática, 1989.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Classes e estratos sociais no capitalismo contemporâneo**. Bresser-Pereira, 2002. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1981/81-ClassStrata.p.pdf>> Acesso em 20/03/2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil: Sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo, SP: Editora 34, 2016.

CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

JACOB, Cesar Romero, et. al. **As eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura militar: continuidade e mudança na geografia eleitoral**. Revista Alceu – V. I – N. I – p. 102 a 151 – jul./dez. – 2000.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. São Paulo, SP: Cortez, 2015.

ROCHA, Márcio Mendes. **A Espacialidade das Mobilidades Urbanas – Um olhar para o Norte Central Paranaense**. 1998. 180 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia. São Paulo, 1998.

Enviado em 13/04/2019

Aceito em 27/11/2019